Proc. TC-012.312/2012-6
Tomada de Contas Especial (Recursos de Reconsideração)

PARECER

Discute-se nesta oportunidade Recursos de Reconsideração interpostos contra decisão (Acórdão 1.921/2017-TCU-Plenário) que apreciou mais um caso de irregularidade na execução de despesa com recursos federais que tem relação com a “Operação Gárgula” da Polícia Federal, investigação que apurou a existência de fraudes à licitação perpetradas por empresas e gestores de municípios do Estado do Ceará.

A polícia levantou que um conjunto de empresas atuou de forma a conferir aparência de regularidade aos certames licitatórios, com ou sem anuência de algumas delas para apresentar proposta em seu nome. Em certos municípios houve a conivência dos gestores municipais e de integrantes da Comissão Permanente de Licitação, com conseqüente responsabilização deles.

Depois de definido o vencedor, geralmente por um preço bem próximo do indicado no projeto básico, a obra era executada pelo licitante, por terceiro ou pela própria prefeitura, com um nível de qualidade das obras, na maioria dos casos, muito baixa.

Uma característica marcante em quase todas as empresas associadas ao esquema era o número reduzido de funcionários registrados no suposto período da execução do projeto.

Ocorre que somente por ocasião da avaliação do caso concreto é que o Tribunal tem condições de identificar qual é a situação do projeto, razão pela qual se nota diferenças nas decisões proferidas pelo TCU, não sendo possível traçar perfil único dos autos que cuidam das irregularidades suscitadas na aludida operação.

Nesta Tomada de Contas Especial, em particular, é analisado o Contrato de Repasse 179348-57 (Siafi 550.539) celebrado pelo Município de Pacatuba/CE para a construção do portal de entrada da cidade, ao custo estimado de R\$ 147.000,00, sendo R\$ 100.000,00 de recursos federais e R\$ 47.000,00 de contrapartida.

Em um primeiro instante processual, à vista de sinais claros de que as obras foram executadas, o secretário da Unidade Técnica (peça 80) divergiu quanto à existência de débito, razão pela qual encaminhou proposta de irregularidade das contas de alguns gestores a fim de aplicar-lhes multa disposta no art. 58 da Lei 8.443/1992 e declarar as empresas Goiana Construções e Prestações de Serviços Ltda. e MCP – Projetos e Construções Ltda. inidôneas. Tal solução, no essencial, contou com nossa anuência (peça 81), o que não nos impediu de sugerir a adoção de medida saneadora.

No segundo momento de manifestação da Unidade Técnica sobre o mérito, o secretário (peça 95) dissentiu da nova proposição de condenação em débito defendida pelo auditor instrutor à peça 93, o que o fez repetir o encaminhamento de peça 80. Nossa preocupação (peça 96) naquela oportunidade foi de alertar para a necessidade de que os responsáveis fossem ouvidos sobre os documentos trazidos para os autos (peça 83 a 92).

Derradeira atuação antes do julgamento, o auditor instrutor reapresentou proposta de irregularidade das contas, condenação em débito, aplicação de multa e inidoneidade das empresas Goiana Construções e Prestações de Serviços Ltda., MCP – Projetos e Construções Ltda. Cubo Construções Ltda. e SS Eletrificações Ltda (peça 177). Dessa vez o diretor (peça 178) e o secretário (peça 179) aquiesceram à proposta na forma que foi alvitrada.

A gravidade das informações constantes nos novos documentos fez com que o nosso entendimento sobre os autos fosse alterado, o que nos levou a concordar com a proposta técnica. Muito

em função da perda de nexo de causalidade entre os recursos transferidos e aquilo que porventura tenha sido executado, quadro agravado pelas informações incorporadas pelas diligências.

Dessa forma, o processo evoluiu para que o Acórdão 1.921/2017-TCU-Plenário (peça 183), decisão que está sob exame.

A Secretaria de Recursos (Serur), de modo uníssono (peças 389 a 391), sustentou as seguintes medidas:

- a) conhecer o recurso de Marluce M. Rodrigues, Adriano Teixeira Xavier, Samya Moreira Pereira, Bruno Cavaignac Araujo e Luiz Roberto de Souza Paixão e, no mérito, negar-lhe provimento;
- b) conhecer o recurso da empresa SS Eletrificações Ltda. para, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a penalidade aplicada no item 9.7 do Acórdão 1.921/2017-TCU-Plenário;
- c) conhecer o recurso de Raimundo Nonato Xavier Pontes para, no mérito, dar-lhe provimento para julgar regulares suas contas e afastar o débito e a multa aplicados nos itens 9.4, 9.4.1 e 9.5 do Acórdão 1.921/2017-TCU-Plenário;
- d) alternativamente, caso não acolhida a proposta de mérito do recurso de Raimundo Nonato Xavier Pontes, declarar a nulidade de sua condenação estabelecida no Acórdão 1.921/2017-TCU-Plenário por vício na citação;
- e) dar ciência às partes, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, aos órgãos/entidades interessados, bem como aos demais cientificados do acórdão recorrido.

Após considerarmos os argumentos apresentados na derradeira instrução, concluímos que alguns ajustes devem ser processados de modo a melhor equilibrar a decisão recorrida.

Em relação à SS Eletrificações Ltda., por este ser o único processo no qual a empresa responde perante o TCU e da possibilidade de que a semelhança de tipo gráfico-textual utilizado no preenchimento da proposta decorra da utilização de arquivo disponibilizado pela prefeitura, concordamos com a sugestão técnica de excluir a inidoneidade da empresa definida no item 9.7 do acórdão recorrido.

No tocante ao dano, apesar de termos inicialmente considerado pertinente a não condenação em débito em razão da aprovação das contas pela Caixa Econômica Federal (peça 81), as avaliações técnicas apresentadas posteriormente findaram por justificar a pertinência da condenação em débito no caso concreto.

Quanto ao Sr. Raimundo Nonato Xavier Pontes, concordamos com o auditor sobre a necessidade de mudança na responsabilização, porém divergimos sobre a solução a ser empregada.

O esforço que antecedeu a segunda citação por edital tem consonância com os normativos e a jurisprudência do Tribunal. Depois de ser comunicado da necessidade de justificar irregularidades apuradas (peças 11 e 32), com a apresentação das alegações de defesa de peça 41, o responsável deixou de ser encontrado no endereço que foi citado, o que obrigou o TCU a ultimar a segunda comunicação por edital (peças 156 e 159). Ocorre que o endereço constante na base CPF do Tribunal continua a ser o utilizado na primeira comunicação, sem falar que na resposta à consulta feita junto à Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) de 15/1/2018 (peça 372) percebe-se a informação de que o recorrente continua como responsável pela conta de água do imóvel localizado na Rua Dom Sebastião Leme, 482, - Fátima-Fortaleza/CE (CEP 60.050-160), situação incompatível com a de quem deixou de residir no local.

A propósito, o Sr. Raimundo Nonato Xavier Pontes também figura em outros processos iniciados na Corte de Contas. No TC 012.305/2012-0 ele foi condenado solidariamente em débito (Acórdão 3.517/2014-TCU-Plenário – peça 33) e recebeu em 9/4/2015 comunicação da decisão no endereço apontado anteriormente (peça 46). Nos autos do TC 012.307/2012-2 houve a responsabilização do ex-secretário. No TC 012.600/2012-1 ele também foi solidariamente responsabilizado pelo dano indicado no item 9.5 do Acórdão 3.516/2014-TCU-Plenário (peça 78), com recebimento da comunicação da decisão na Rua Dom Sebastião Leme, 482, - Fátima-Fortaleza/CE (peça 90). No TC 012.604/2012-7, a derradeira comunicação dirigida ao Sr. Raimundo (peça 156) também foi dirigida ao endereço retro.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

Visto assim, são consistentes os sinais de que o recorrente não se recusou a receber as comunicações dirigidas pelo TCU. Acontece que as tentativas dos Correios ocorreram em dias seguidos e sempre no mesmo horário (26, 27 e 28/10/2015 por volta das 12:00). Nessa circunstância, a Unidade Técnica deveria ter repetido a comunicação antes de partir para a citação por edital.

Posto isso, considerando que o E. Relator **a quo** fez questão de delimitar a revelia do Sr. Raimundo Nonato às peças 83 e 92 (item 9.3), mas que antes disso o titular a Unidade Técnica (peça 80) sugeriu a irregularidade das contas e aplicação da multa definida no art. 58 da Lei 8.443/1992 em razão de falhas na fiscalização da execução do objeto, avaliamos como melhor solução a exclusão do Sr. Raimundo Nonato Xavier Pontes dos itens 9.4, 9.4.1 e 9.5, para que em item próprio conste a irregularidade das contas dos ex-secretário, nos termos dos art. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “b”, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, aplicando-se por conseguinte a multa prevista no art. 58, inciso I, da mesma lei.

Nesse contexto, manifestamos nossa concordância com a proposta técnica de peças 389 a 391, divergindo tão somente em relação à solução a ser conferida ao Sr. Raimundo Nonato Xavier.

Ministério Público, em 6 de novembro de 2019.

(Assinado Eletronicamente)
Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador